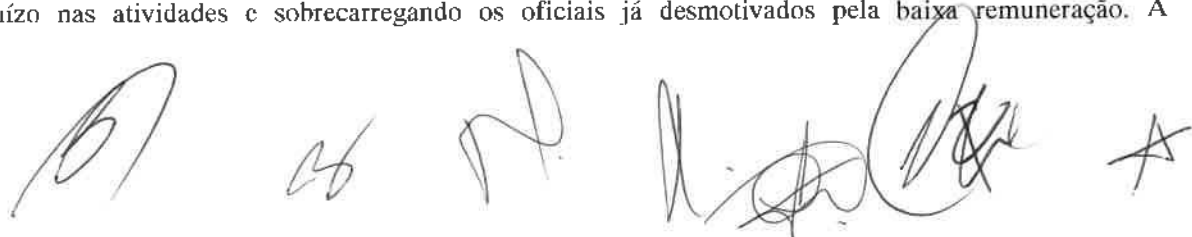


ATA DA 309ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2012/2014

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano dois mil e doze, na sala de Reuniões do Edifício Sede, situado na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Primeiro Subdefensor Público-Geral do Estado, Davi Eduardo Depiné Filho. Presentes os (as) Conselheiros (as): Fabiana Botelho Zapata, Juliana Saad, Vitore André Zilio Maximiano, Luciano Alencar Negrão Caserta, Franciane de Fátima Marques, José Moacyr Doretto Nascimento, Rafael Valle Vernaschi, Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon Leme Cardoso, Representando a Corregedoria Geral, Aluisio Iunes Monti Ruggeri Re, e Representando a Apadep, Rafael Moraes Português de Souza. Ausentes justificadamente os Conselheiros Bruno Ricardo Miragaia, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva e Rafael Bessa Yamamura. O Presidente iniciou a sessão às 09h50min, justificando a ausência da Defensora Pública Geral, Daniela Sollberger Cembranelli, e encaminhou a ata da última sessão para aprovação, sendo ela a ata da 307ª Sessão Ordinária, e aprovou-se por unanimidade. Comunicou que a Coordenadoria Geral de Administração divulgou através do e-mail institucional que houve a antecipação do pagamento da segunda parcela do décimo terceiro salário, e destacou que os valores foram depositados nesta sexta-feira. Relatou que na última quinta-feira, dia treze de dezembro, o Governador do Estado, Geraldo Alckmin sancionou o projeto de lei complementar nº 27/12, que prevê a criação de quatrocentos cargos de Defensor Público ao longo dos próximos quatro anos. Apontou que cerimônia com a presença do Governador, realizada na sede da Defensoria Pública, prestigia a instituição e demonstra uma relação importante para a expansão e o fortalecimento da Defensoria. Apontou também, que a Defensoria Geral irá concentrar esforços para a aprovação na Assembléia Legislativa do projeto de lei que amplia o quadro de Servidores. Comunicou que o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos irá receber o Prêmio Nacional de Direitos Humanos 2012, em cerimônia a ser realizada na próxima segunda-feira, no Palácio do Itamaraty, em Brasília. Parabenizou o trabalho realizado pelo Núcleo na presença do Coordenador Carlos Weis, e todos os Conselheiros acompanharam. Não havendo mais comunicações da Presidência, passaram-se as comunicações da Secretaria. Justificou a ausência do Conselheiro Rafael Bessa Yamamura, Bruno Ricardo Miragaia, em razão de afastamento para curso, e do Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti, em razão de férias. Comunicou que recebeu, na data de ontem, a cópia integral do processo administrativo instaurado no âmbito da Defensoria Geral para juntada nos autos do processo CSDP nº 355/11, que trata da deliberação CSDP nº 254/12, comunicando sobre a decisão da Defensora Pública Geral. Não havendo mais comunicações da Secretaria, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra ao primeiro inscrito, Coordenador do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, Defensor Carlos Weis. O Defensor informou que os candidatos ainda não empossados, mas aprovados no V Concurso Público de ingresso, dispuseram-se a colaborar voluntariamente para a elaboração do estudo feito pelo Núcleo sobre os casos de homicídios que ocorreram na recente onda de violência do Estado, tendo como base a extração de reportagens publicadas pela imprensa. Na sequência, Claudia Manning e Samuel Friedman apresentaram os dados e explicaram a metodologia utilizada no estudo. O Coordenador do Núcleo de Direitos Humanos, Carlos Weis apontou que, com o estudo, irá instar a Secretaria de Segurança Pública do Estado, a fim de disponibilizar os inquéritos policiais das pessoas mortas, para que o Núcleo possa contatar os familiares para propor eventuais ações de indenização, além de outras possíveis medidas. O Conselheiro Luciano Caserta mostrou preocupação com os dados apresentados pelo Núcleo Especializado, pediu acesso às informações e considerou que esse foi apenas o primeiro passo para que os Direitos Humanos, nesse seara, sejam foco de maior atenção pela Defensoria Pública. O Presidente parabenizou a iniciativa do Núcleo Especializado e o trabalho realizado, enfatizando a disposição dos candidatos recém aprovados. Após, franqueou a palavra ao próximo inscrito, Mateus Oliveira Moro, Defensor da Unidade de São Vicente. Ele entregou uma manifestação assinada pelos Defensores da Unidade de São Vicente relatando que a unidade está instalada há quatro anos em condições precárias e provisórias, mencionando a situação da infra-estrutura do imóvel locado. Apontou a dificuldade de atendimento ao público e a acomodação dos membros da Defensoria, pedindo providências urgentes sobre a situação. O Presidente franqueou a palavra ao próximo inscrito, Defensor da Unidade de



São Vicente, Rafael Cruz. Ele manifestou que o local não apresenta boas condições de trabalho e por isso a prestação de serviço é prejudicada, mas sugeriu que, enquanto não se encontra um imóvel adequado para instalar a unidade, seja a atual reformada. O Presidente franqueou a palavra ao próximo inscrito, Defensora da Unidade de São Vicente, Renata Klimke, que comparou a estrutura entre a Unidade de São Vicente com a Regional de Santos, destacando a dificuldade de desempenho das atribuições funcionais na primeira e a insalubridade do local. O Conselheiro Luciano Caserta compartilhou da preocupação com as condições da Unidade de São Vicente, mas observou que, infelizmente, o espaço em fóruns é um problema que se enfrenta, relatando que em alguns fóruns não existe sala de apoio para o Defensor Público em momentos de audiência. Sugeriu a contratação de empreiteiro nos moldes do que foi feito em outras unidades, a fim de avançar na questão. A Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon compartilhou da necessidade de mudança de espaço da Unidade de São Vicente, mostrando preocupação com a imagem da instituição. O Presidente informou que a Administração Superior tem ciência da situação e que considera a infra-estrutura da Unidade de São Vicente a pior de toda a instituição. Davi ressaltou que, não obstante os esforços e a prioridade que tem sido dada à obtenção de um novo imóvel no município, a solução transcende a vontade da administração superior, o que se evidencia inclusive pelo fato de a Unidade abrigar dois ex-Subdefensores Gerais. Informou que a cidade sofre com a carência de imóveis para locação, informando que há iniciativas em curso para tentar sanar o problema. Relatou que após terem sido frustradas as tratativas para locação de imóveis na cidade, inclusive em razão de pendências jurídicas do possível locador, a administração superior contactou um empreiteiro local que demonstrou interesse em construir um imóvel para, posteriormente, alugar à Defensoria, citando o exemplo da Unidade de São Miguel Paulista. Quanto ao imóvel atual, Davi ressaltou que a CGA já instaurou expedientes para a solução pontual dos problemas apresentados, visando minimizar a situação. O Conselheiro Rafael Vernaschi considerou que não há solução em curto prazo e sugeriu afastar um Defensor para auxiliar na prospecção de um novo local para abrigar a unidade, e por fim, sugeriu também a suspensão de algumas atividades na unidade. Acompanhou o entendimento a Conselheira Franciane Marques. A Conselheira Juliana Saad apontou que a administração compartilha da preocupação dos colegas e das consequências dos problemas da Unidade de São Vicente, e destacou o esforço para resolver a questão de modo definitivo. Disse que o procedimento para adaptação do imóvel para maior acessibilidade foi concluído pela CGA e que as obras pontuais serão iniciadas. O Conselheiro José Moacyr considerou que caso outra instituição apresentasse os mesmos problemas, a Defensoria teria instado-a a solucionar as questões. O Representante da Apadep, Rafael Português informou que nesta próxima semana pretende visitar a Unidade de São Vicente. A Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon, mostrou preocupação com as questões de acessibilidade nos edifícios da Defensoria Pública e relatou os problemas de acesso no edifício da Avenida Liberdade, nº 32. O Presidente franqueou à palavra a próxima inscrita, Erica Meireles, Representante da Associação dos Servidores da Defensoria Pública do Estado. Ela abordou que a entidade de classe está iniciando um processo de tratativas em prol da majoração da remuneração e valorização dos Servidores, relatando que a grande evasão de Oficiais de Defensoria é resultado da baixa remuneração. Manifestou que a mobilização dos servidores se refere à negociação dos quatro pleitos requeridos em documento entregue aos Conselheiros. Destacou entre os pleitos a equiparação da remuneração, instituição de gratificação a todos os servidores, reajuste salarial anual, e redução da jornada de trabalho dos Assistentes Sociais da instituição. Apontou que os servidores também pretendem se articular perante a Assembleia Legislativa em prol da equiparação salarial com outras carreiras do sistema de justiça. O Presidente parabenizou a Associação de Servidores pela forma com que tem encaminhado os pleitos. Apontou que a Administração Superior compartilha da preocupação da equiparação salarial do quadro de apoio da instituição em relação a outros órgãos, contudo destacou que esse objetivo exige uma articulação política da Defensoria Geral, Associação e Servidores. A Conselheira Luciana Zaffalon mostrou a importância de valorização dos servidores e compartilhou da questão de aumento da remuneração. O Presidente franqueou à palavra a próxima inscrita, Idemburgo Mussiri de Gouvêia, Servidor da Regional Criminal. Relatou a carência de estagiários, além do excesso de demandas existentes da Regional Criminal, apontando que o quadro de oficiais está defasado em relação à quantidade de Defensores, causando prejuízo nas atividades e sobrecarregando os oficiais já desmotivados pela baixa remuneração. A

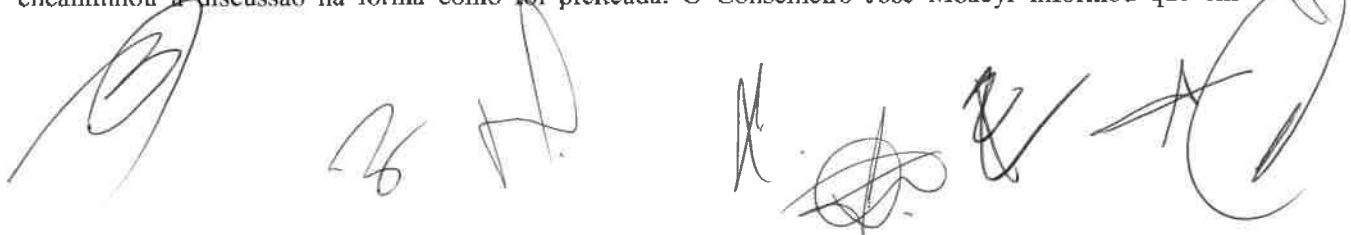
A series of handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized 'A', a signature that appears to be 'Idemburgo', and other illegible marks.

A vertical column of handwritten marks on the right margin, including a large '3', a stylized 'E', a '2', and a large 'P'.

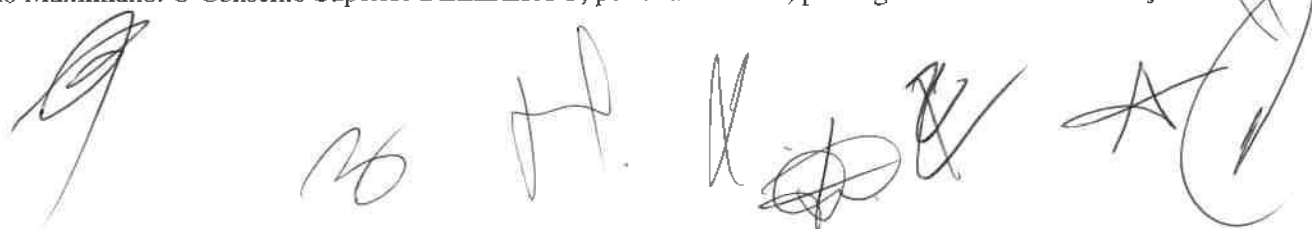
Conselheira Franciane Marques se sensibilizou com a vinda do servidor da Regional Criminal, relatando que os servidores se sentem angustiados, caso venham ser acionados pela Corregedoria em decorrência do excesso de demandas que acarretam a impossibilidade de exercerem todas as atribuições delegadas pelos Defensores. O Presidente apontou que a instituição já chegou ao número limite de estagiários de nível médio, mas consultará o Departamento de Recursos Humanos para analisar o caso, apontando também a possibilidade de solução dos problemas quando da aprovação do projeto de lei que amplia o quadro de apoio da instituição. Na sequência, franqueou a palavra ao próximo inscrito, Luciano Alves, Representante da Associação de Servidores. Ele solicitou a reavaliação por parte da administração superior, quanto à demanda apresentada pelos agentes assistentes sociais da instituição, referente à jornada de trabalho de trinta horas semanais, sem a redução salarial, em cumprimento a legislação federal. Destacou que após não obterem sucesso nas tratativas junto à administração, a Associação dos Servidores judicializou a questão. O Presidente informou que a Defensoria Geral entende que a legislação federal se aplica aos regimes celetistas, e no caso dos agentes assistentes sociais da Defensoria o regime é estatutário. Destacou que o Estatuto da Defensoria abarca os membros e servidores da Defensoria, apontando que a jornada de trabalho é de quarenta horas semanais, e considerou que qualquer modificação depende de uma alteração legislativa. O Presidente franqueou a palavra ao próximo inscrito, Isabel Bernardes, Representante da Associação de Servidores. Ela apontou que os psicólogos apóiam a alteração da jornada de trabalho dos assistentes sociais, e defendeu a necessidade de que todas as unidades contem com uma dupla de psicólogos e assistentes sociais. Na sequência, o Presidente franqueou a palavra ao próximo inscrito, Henrique Finoti, Representante da Associação dos Servidores. Ele destacou a discrepância salarial entre os Oficiais de Defensoria comparados aos Oficiais de Promotoria e de Justiça, justificando a grande evasão de servidores na instituição. Pediu o compromisso pelo Conselho Superior de valorização da carreira de servidores, justificando que diversos colegas estão se preparando para deixar a instituição devido à desmotivação salarial. Por fim, o Presidente franqueou a palavra ao próximo inscrito, José Roberto Morales, Representante da Associação dos Servidores. Contou sua trajetória na instituição, destacando as dificuldades encontradas e as vitórias alcançadas, além de destacar a atuação dos Oficiais que exercem além de suas funções por admiração à instituição, que aguardam uma futura valorização dos servidores. O Presidente enalteceu a atuação dos servidores, agradecendo o empenho e dedicação em prol da instituição, sugerindo maior aproximação para evitar ruídos na comunicação. Destacou as vitórias obtidas recentemente, em relação aos servidores, desde o envio do projeto de ampliação do quadro de apoio à majoração do auxílio alimentação e sua incidência em folha de pagamento, que representará inequívoco incremento financeiro aos servidores. O Conselheiro Rafael Vernaschi sugeriu a construção de agenda conjunta entre a administração e o Conselho para planejar as estratégias de equiparação salarial de Defensores e Servidores. O Representante da Apadep, Rafael Português se solidarizou com o pleito dos servidores e se colocou à disposição, manifestando que a estruturação da Defensoria depende da valorização dos servidores. O Conselheiro José Moacyr considerou que a expansão da Defensoria deve estar acompanhada da valorização salarial de seus membros e do quadro de apoio. O Conselheiro Vitore Maximiano apontou que, infelizmente, a Defensoria não dispõe de iniciativa legislativa para tomar as decisões, e destacou a necessidade de tratar e articular com o Poder Executivo a questão do incremento salarial, considerando que as tratativas são sempre delicadas e difíceis. Lembrou que recentemente houve a majoração do auxílio alimentação e a incorporação deste aos vencimentos, por decisão da administração superior, mas ressaltou que muitas vezes as soluções envolvem os poderes Executivo e Legislativo. Não havendo mais representantes da Associação dos Servidores, o Presidente franqueou a palavra à próxima inscrita, Fernanda Costa, aprovada no V Concurso de Ingresso na Carreira de Defensor Público. Fernanda reiterou o pedido formalizado em sessão anterior para que os vinte e sete últimos candidatos aprovados no V Concurso possam tomar posse em conjunto no início de 2013. O Presidente esclareceu novamente que a posse conjunta de todos impossibilitaria a eventual substituição de Defensores que porventura venham a se desligar da instituição ao longo de 2013, mas ressaltou que todos serão empossados ainda nesse próximo ano. Não havendo mais inscritos no momento aberto, passou-se às manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Representante da Apadep, Rafael Português relatou que mantém o contato direto com os vinte e sete últimos candidatos aprovados no V Concurso de Defensores, que

A series of handwritten signatures and initials in black ink, arranged horizontally at the bottom of the page. From left to right, there are approximately seven distinct marks, including a large circular signature, several smaller initials, and a signature that appears to be 'Rafael Português'.

visam a posse conjunta em meados de fevereiro. Informou que na última quinta-feira, dia treze de dezembro, a Associação promoveu uma assembleia para discutir dois temas. Relatou que o primeiro tema envolveu o projeto remuneratório dos Defensores Públicos, destacando que protocolará na Secretaria do Conselho a minuta do anteprojeto de Lei Complementar. Quanto ao segundo, envolvendo o descumprimento da Deliberação CSDP nº 254/12 pela Defensoria Geral, informou que a Apadep irá propor uma ação judicial requerendo o cumprimento da mencionada deliberação. Não havendo mais inscritos, o Presidente iniciou a ordem do dia com o processo CSDP nº 358/12. Interessado: Victor Hugo Albemaz Júnior. Assunto: Pedido de afastamento para participação no "VI Seminário Internacional de Delinquência Juvenil - 2012", no dia 19 de dezembro de 2012. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O relator leu o relatório informando que houve o pedido de retificação do interessado, comunicando que o evento teria sido no dia 10 de dezembro, e proferiu o voto no sentido de afastar retroativamente. O Presidente encaminhou para votação e aprovou-se por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento do interessado com efeito retroativo. CSDP nº 359/12. Interessada: EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento para participação no seminário "Implementação dos instrumentos de regularização fundiária: experiências práticas e o papel do Poder Judiciário", no dia 14 de dezembro de 2012. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselheiro Rafael Vernaschi leu o voto do relator no sentido de homologar a desistência da Defensora Vivian Monsef. O Presidente encaminhou para votação e aprovou-se por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar a desistência da Defensora Pública Vivian Monsef de Castro. CSDP nº 306/12 (Excetuado a pauta). Interessada: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura de Concurso Público Regionalizado de estagiários de Direito para as Regionais da Capital, Região Metropolitana e Interior. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O relator informou a necessidade de aprovar a lista de aprovados, e votou pela homologação da lista final. O Presidente encaminhou para votação e aprovou-se por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar a lista final de aprovados do certame. CSDP nº 279/12. Interessado: Presidente da Comissão de Prerrogativas. Assunto: Proposta de Desagravo Público em relação ao Exmo. Defensor Público Jairo Salvador de Souza. Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O relator retransmitiu a leitura do e-mail que passou ao interessado, consultando-o, conforme previamente firmado pelo Colegiado, sobre a possibilidade de efetuar uma sessão solene neste Conselho, tendo concordância do agravado. O Presidente da Comissão de Prerrogativas, Mateus Oliveira Moro, presente à sessão, pediu a palavra para sugerir que os dois processos em pauta envolvendo solicitações de desagravo fossem apreciados de forma conjunta. O Conselheiro Vitore Maximiano concordou com a deliberação conjunta de ambos os processos de desagravo, conclamando que os processos sejam finalizados hoje. O Conselheiro Rafael Vernaschi indagou a forma como se dará a discussão no caso do Defensor Jairo Salvador. O Conselheiro Vitore Maximiano respondeu que a instituição no âmbito interno dá o respaldo necessário ao Defensor e apontou que, no âmbito externo, já houve o encaminhamento de representação à Corregedoria da Polícia Militar por meio da Defensoria Pública Geral, atendendo ao pedido do Presidente da Comissão de Prerrogativas. Destacou que em seu voto o entendimento é pelo desagravo sem o rigor do artigo 22, da Deliberação 91/08. A Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon mostrou preocupação do precedente histórico em relação à decisão do Conselho, caso o desagravo não siga a diante. O Conselheiro Vitore Maximiano chamou a atenção dos Conselheiros sobre a conveniência do desagravo em seu formato tradicional, ponderando que os Defensores Jairo e Daniela merecem o respaldo institucional, mas não necessariamente o mais efetivo seja proceder da forma como solicita a Comissão de Prerrogativas, e enumerou as diversas demonstrações de efetivo respaldo institucional que ambos os agravados tiveram até o momento. O Representante da Apadep, Rafael Português, ponderou que ambos os Defensores desejam o desagravo e considerou que o principal receio é pela consequência política da decisão. Sugeriu que os Conselheiros tomem a decisão política e assumam as consequências no caso do desagravo. O Presidente entendeu que a instituição deve dar o respaldo à atuação do Defensor Público, mas ponderou que a instituição não deve se mover a partir de um anseio pessoal, mas levando-se em consideração a obstrução à atuação funcional, e por fim, encaminhou a discussão na forma como foi pleiteada. O Conselheiro José Moacyr informou que em

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a large, stylized signature, followed by a smaller signature, then a signature that appears to be 'M. A.', and finally a large, circular signature on the far right. There are also some smaller, less distinct marks and initials scattered around these main signatures.

pesquisa de desagravo de outras instituições, percebeu que os desagравos são realizados através das entidades de classe, discordando do formato adotado pela Defensoria. Após a discussão, o Presidente apontou a divergência de votos do relator do processo CSDP nº 279/12 e o relator do processo CSDP nº 280/12, inviabilizando a votação em conjunto. Desta forma, encaminhou para deliberação o voto do relator no sentido de realizar sessão solene no âmbito institucional, sem expedição de nota de desagravo. Divergiu do entendimento e declarou voto o Conselheiro Rafael Vernaschi, no sentido de deferir a proposta nos moldes do que foi pleiteado pelo Presidente da Comissão de Prerrogativas. O Presidente encaminhou para votação o voto do relator e o voto do Conselheiro Rafael Valle. Por maioria de votos, o Conselho deliberou por deferir a proposta de desagravo tal qual solicitada. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, nos termos do voto do Conselheiro Rafael Valle Vernaschi, deferir a proposta de desagravo ao Defensor Público Jairo Salvador de Souza. Vencidos os Conselheiros Vitore André Zilio Maximiano, Juliana Saad, Aluisio Iunes Montes Ruggeri Re e Luciano Alencar Negrão Caserta que votavam pelo recebimento do desagravo e deferiam a realização de sessão de homenagem, conforme concordância do agravado. CSDP nº 280/12. Interessado: Presidente da Comissão de Prerrogativas. Assunto: Proposta de Desagravo Público em relação aos Exmos. Defensores Públicos Daniela Skromov de Albuquerque e Carlos Weis. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia. Consigna-se que o relator esteve presente no momento da votação dos autos. Leu o relatório e proferiu seu voto no sentido de homologar a desistência do Defensor Carlos Weis, e deferir o desagravo, encaminhando-se nota de desagravo à imprensa oficial e ao agravante. O Conselheiro Vitore Maximiano chamou a atenção dos Conselheiros sobre a conveniência do desagravo nesse caso, externando sua posição pessoal de que considera um equívoco usar o instrumento de desagravo no caso de um jornalista que representa um órgão de imprensa, tendo em vista a necessidade de uma maior reflexão sobre os limites da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa. Defendeu que a adoção de uma medida dessa natureza pelo Colegiado sem essa discussão e preocupação consistiria em temeridade. O Presidente acompanhou o entendimento, e encaminhou para discussão. A Conselheira Franciane Marques manifestou discordância em deferir a nota de desagravo, justificando a necessidade de analisar com cautela a nota proferida pela Comissão de Prerrogativas. O Conselheiro Vitore Maximiano informou que a nota de desagravo é de autoria da Presidência da Comissão de Prerrogativas, podendo o Conselho Superior recomendar a mudança de texto. O Conselheiro José Moacyr acompanhou o entendimento da Conselheira Franciane Marques. O Conselheiro Vitore Maximiano indagou sobre a assinatura da nota de desagravo. O Conselheiro José Moacyr entendeu que a nota de desagravo deve ser assinada pela Presidência do Conselho Superior, visto que o Colegiado deferiu o desagravo. A Conselheira Juliana Saad ressaltou que a nota deve ser assinada pelo emissor, nos termos da deliberação, sendo a incumbência de assinar a nota pela Presidência da Comissão de Prerrogativas. A Conselheira Franciane Marques prestou solidariedade no caso da agravada, mas manifestou discordância pela nota apresentada pela Comissão de Prerrogativas. O Presidente da Comissão de Prerrogativas, Defensor Mateus Oliveira, mostrou a necessidade de que ambos os processos de desagravo sejam deliberados nesta sessão. O Presidente mostrou a importância de que todos os Conselheiros tenham conhecimento sobre a nota emitida pela Comissão de Prerrogativas, sugerindo vista dos autos se o Colegiado entender pertinente. O Conselheiro Vitore Maximiano ponderou que o assunto é relevante e necessita de posicionamento mais aprofundado e abalizado. O Presidente sugeriu a prorrogação do processo para a sessão seguinte, em virtude do adiantado da hora e da dificuldade do Conselho na obtenção de uma via majoritária. O Conselheiro Bruno Miragaia sugeriu converter o julgamento do processo em diligência para que a Comissão de Prerrogativas retifique a nota, em razão da desistência do Defensor Carlos Weis. O Presidente encaminhou para votação e aprovou-se por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, converter o julgamento do processo em diligência, a fim de encaminhar os autos à Comissão de Prerrogativas para retificação da nota de desagravo público, em razão da desistência do Defensor Público Carlos Weis. CSDP nº 320/12. Interessado: Bruno Cesar da Silva. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de especialização "Corso di Alta Formazione in giustizia costituzionale e tutela giurisdizionale dei diritti fondamentali", no período de 14 de janeiro a 01 de fevereiro de 2013. Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, several smaller initials in the center, and a large signature on the right.


para a próxima sessão. CSDP nº 281/12. Interessado: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (Institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 271/12. Interessada: Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 55/08, que institui o Sistema de tratamento das Manifestações dos Usuários no âmbito da Ouvidoria-Geral da Defensoria. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 163/12. Interessado: Daniel Guimarães Zveibil. Assunto: Impugnação a lista de antiguidade, no concurso de remoção de Defensor Público. Relator: Conselheiro Vítore André Zílio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 288/12. Interessado: Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Assunto: Proposta de fixação do auxílio alimentação, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Vítore André Zílio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 292/12. Interessada: EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso "Gestão militarizada dos ilegalismos no Brasil contemporâneo", no dia 26 de setembro de 2012. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 293/12. Interessado: Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Assunto: Proposta de Deliberação para disciplinar a sistemática dos sorteios no âmbito da instituição. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/12. Interessada: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos na instituição). Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 296/12. Interessado: Alexandre Pereira Soares. Assunto: Pedido de sugestão à Defensoria Pública Geral para expedição de recomendação ao Departamento Pessoal da instituição, visando o cumprimento das Deliberações CSDP nº 109/08 e CSDP nº 253/12. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 302/12. Interessada: Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (Regimento Interno do Conselho Superior). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 303/12. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (janeiro a julho de 2012). Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 305/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (março a julho de 2012). Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 319/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2012). Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (julho a dezembro de 2010). Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 345/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2012). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 335/12. Interessada: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 21/2006 (Cria as Defensorias Públicas Regionais da Capital e de sua Região Metropolitana). Relatora:



Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 300/12. Interessado: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Pedido de abertura de inscrição para duas vagas de membro e/ou colaborador para o Núcleo Especializado. Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 353/12. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 050/07 (que cria e regulamenta a Comissão de Acompanhamento do Estágio Probatório). Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/12. Interessada: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 356/12. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 e Atos Normativos DPG nºs 15 e 16, visando a distribuição de 100 (cem) novos cargos na carreira. Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 307/12. Interessada: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível III para o nível IV, relativo ao ano de 2012. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange os processos abaixo relacionados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 308/12. Interessado: Alexandre Orsi Netto. CSDP nº 309/12. Interessada: Valéria Silva do Nascimento. CSDP nº 313/12. Interessado: Leandro de Castro Silva. CSDP nº 314/12. Interessado: Sidnei Francisco Neves. CSDP nº 315/12. Interessado: Ricardo Luiz Mantovani. CSDP nº 316/12. Interessado: Marcelo Carneiro Novaes. CSDP nº 317/12. Interessada: Maria Victoria de Barros Campos. CSDP nº 318/12. Interessado: Renato Isnard Khair. CSDP nº 321/12. Interessado: Tiago Fensterseifer. CSDP nº 322/12. Interessada: Carolina Brambila Bega. CSDP nº 323/12. Interessada: Mailane Ramos dos Santos Rodrigues de Oliveira. CSDP nº 324/12. Interessado: Ricardo Constante Soares. CSDP nº 325/12. Interessado: Marina Hamud Morato de Andrade. CSDP nº 326/12. Interessada: Ana Carvalho Ferreira Bueno de Moraes. CSDP nº 327/12. Interessada: Gislaíne Calixto dos Santos. CSDP nº 328/12. Interessado: Jose Henrique Jacob Golin Matos. CSDP nº 329/12. Interessada: Patricia Biagini Lopes. CSDP nº 330/12. Interessado: Luis Cesar Rossi Francisco. CSDP nº 332/12. Interessada: Fabiana Ferraz Luz Mihich. CSDP nº 333/12. Interessada: Adriana de Britto. CSDP nº 334/12. Interessada: Renata Flores Tibyriça. CSDP nº 337/12. Interessado: Mateus Oliveira Moro. CSDP nº 338/12. Interessado: Samir Nicolau Nassralla. CSDP nº 340/12. Interessado: Rafael Rocha Paiva Cruz. CSDP nº 341/12. Interessada: Juliana Garcia Belloque. CSDP nº 342/12. Interessada: Patricia Luciola Dias de Moraes. CSDP nº 343/12. Interessada: Patricia Simeonato. CSDP nº 344/12. Interessada: Sandra Maria Shiguehara Tibano. CSDP nº 346/12. Interessado: Menesio Pinto Cunha Junior. CSDP nº 347/12. Interessada: Bruna Molina Hernandez da Costa. CSDP nº 348/12. Interessada: Luisa Hamud Morato de Andrade. CSDP nº 349/12. Interessada: Eleonora Nanni Lucenti. CGDP CAEP nº 062/11. Interessado: Matheus Bortoletto Raddi. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 015/11. Interessada: Camila Paronetti Silva. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 050/11. Interessada: Lizandra Rabelo Duarte. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 058/11. Interessada: Mariana Salomão Carrara. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 012/11. Interessada: Bruna Gonçalves Loureiro de Andrade Barros. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade,

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, a small 'B' in the center, and several other signatures on the right.


prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 070/11. Interessada: Renata Oliva Monteiro. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 079/11. Interessada: Verônica dos Santos Sionti. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 028/11. Interessada: Deise Gomes da Cunha Tureta. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 041/11. Interessada: Isabela Veloso Monreal. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 064/11. Interessada: Nelise Christino de Castro Santos. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 081/11. Interessada: Virginia Sanches Rodrigues Caldas Catelan. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos quatorze dias do mês de novembro do ano de 2012.



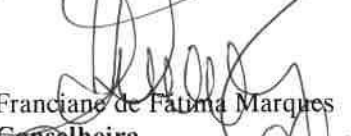
Davi Eduardo Depiné Filho
Presidente



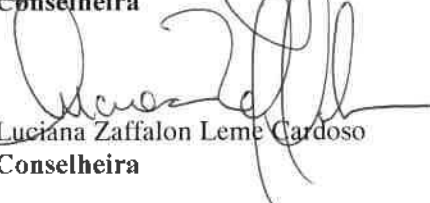
Juliana Saad
Conselheira



Bruno Ricardo Miragaia
Conselheiro



Franciane de Fátima Marques
Conselheira



Luciana Zaffalon Leme Cardoso
Conselheira



Rafael Moraes Português de Souza
Representante da Apadep



Aluisio Iunes Momi Ruggeri Re
Conselheiro




Vitore André Zilio Maximiano
Conselheiro



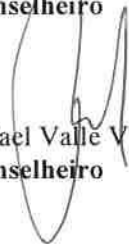
Fabiana Botelho Zapata
Conselheira



José Moacyr Doretto Nascimento
Conselheiro



Luciano Alencar Negrão Caserta
Conselheiro



Rafael Valle Vernaschi
Conselheiro